

Demonstrações Financeiras

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na Nota 4.a) às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 1.559.716 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/F



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC- RJ090174/O

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	56.436	70.543	Fornecedores		2.011	2.754
Contas a receber	8	14.284	11.018	Empréstimos e financiamentos	13	30.051	27.196
IRPJ e CSLL a recuperar		629	3.129	Debêntures	14	12.210	7.333
Almoxarifado	11	16.567	17.013	Salários e encargos		882	718
Caixa Restrito	10	18	1.823	Impostos e contribuições sociais	12	1.654	1.472
Ativo de contrato	9	112.039	83.505	IRPJ e CSLLI a recolher	16	493	1.202
Outros ativos		11.121	7.252	Dividendos a pagar	17	101.971	55.507
		211.094	194.283	Outros passivos		5.131	4.860
						154.403	101.042
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	10	23.468	17.865	Empréstimos e financiamentos	13	275.046	301.143
Ativo de contrato	9	1.447.677	1.277.162	Debêntures	14	122.135	127.171
Imobilizado		2.391	1.683	Provisão para Contingências	15	1.636	1.916
Intangível		4.436	248	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	103.316	76.613
		1.477.972	1.296.958			502.133	506.843
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	733.832	733.832
				Reserva legal	17	21.886	12.104
				Reserva de lucros retidos	17	276.812	137.420
						1.032.530	883.356
		1.689.066	1.491.241			1.689.066	1.491.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	18	162.825	129.040
Custo de construção	19	(27.028)	(5.168)
Custo de operação e manutenção - O&M	20	(11.289)	(11.202)
Lucro bruto		124.508	112.670
Despesas operacionais	21		
Pessoal		(3.108)	(2.753)
Serviços de terceiros		(1.923)	(1.315)
Contingencias		2.906	2.364
Outras Receitas		146.516	11.268
Outros despesas		(879)	(379)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		268.020	121.855
Receitas financeiras	22	8.516	3.034
Despesas financeiras	22	(46.114)	(47.165)
Resultado financeiro (líquido)		(37.598)	(44.131)
Resultado antes da tributação		230.422	77.724
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(11.660)	(6.173)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	(23.124)	(20.418)
Lucro líquido do exercício		195.638	51.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	195.638	51.133
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>195.638</u>	<u>51.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	733.832	9.547	114.542	-	857.921
Reversão de Dividendos não reclamados	-	-	(13.554)	-	(13.554)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.133	51.133
Constituição de reserva legal	-	2.557	-	(2.557)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.144)	(12.144)
Reserva de retenção de lucros	-	-	36.432	(36.432)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	733.832	12.104	137.420	-	883.356
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.638	195.638
Constituição de reserva legal	-	9.782	-	(9.782)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(46.464)	(46.464)
Reserva de retenção de lucros	-	-	139.392	(139.392)	-
Saldos em 30 de dezembro de 2022	733.832	21.886	276.812	-	1.032.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	230.422	77.724
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(108.114)	(100.255)
Margem de Construção	(11.322)	(3.759)
Efeito revisão tarifaria 2022	(146.121)	
Depreciação	519	18
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	45.375	46.556
Provisão Contingência	(2.906)	(2.364)
Atualização de impostos a recuperar	(64)	111
Ajuste de fornecedores	(186)	-
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(3.266)	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.564	910
Outros ativos	(3.423)	(1.966)
Ativo de contrato	66.508	74.360
Fornecedores	(744)	(15.390)
Salários e encargos	164	53
Impostos e contribuições sociais	182	44
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(8.603)	(3.431)
Contingências	2.626	(1.296)
Outros passivos	272	1.136
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	63.883	72.417
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(35.784)	(33.218)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.099	36.213
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	(3.798)	36.013
Aquisição de Imobilizado	(1.227)	(1.210)
Intangível	(4.188)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	(9.213)	34.803
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Captação de Empréstimos	-	1.612
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(32.993)	(27.650)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(32.993)	(26.038)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(14.107)	44.978
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.543	25.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.436	70.543
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(14.107)	44.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
RECEITA		
Receita	326.214	145.203
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(27.028)	(5.168)
Serviços	(7.072)	3.560
Depreciação	(519)	(18)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>291.594</u>	<u>143.577</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado financeiro	8.927	3.182
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>300.521</u>	<u>146.758</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
<u>Pessoal</u>		
Remuneração direta	5.849	5.526
Outros benefícios	1.228	1.023
FGTS	311	260
	<u>7.388</u>	<u>6.809</u>
<u>Tributos</u>		
Federais	52.068	42.013
Estaduais	118	385
	<u>52.186</u>	<u>42.398</u>
<u>Remuneração da capital de terceiros</u>		
Arrendamentos e alugueis	1.075	822
Juros	46.114	47.165
Outros	(1.879)	(1.569)
	<u>45.309</u>	<u>46.418</u>
<u>Remuneração da capital próprios</u>		
Lucro do exercício	195.638	51.133
TOTAL	<u>300.521</u>	<u>146.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. (“COPEL GeT”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e proporciona intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2021 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 8%, chegando a R\$ 106.832. O montante de RAP recebida no exercício de 2021 foi de 109.826.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021.

Em Setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24 de Outubro de 2022.

b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

Em 2021 a concessionária executou a campanha de comunicação social e educação ambiental de maneira remota, através de spots de rádio, mensagens em mídias digitais, cartazes, folhetos informativos e manuais divulgados em redes sociais e entregues à comunidade interceptada pelo empreendimento, seguindo todos os protocolos de segurança contra o COVID-19.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O foco da campanha este ano foi a conscientização acerca de queimadas, tema cada vez mais relevante na região, considerando o número de casos e o período de estiagem, que neste ano de 2021 apresentou seca histórica. O objetivo foi alertar sobre os riscos das queimadas descontroladas e a responsabilidade dos envolvidos. Em novembro de 2021 foi realizada uma LIVE para interessados sobre o tema com a participação de especialistas no assunto.

Os resultados da campanha, junto ao cumprimento das demais condicionantes no período, foram enviados ao órgão licenciador em relatório.

Em 2022 a GTE dará continuidade à execução do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Processos Erosivos, Limpeza de Faixa e SEs, Comunicação Social e Educação Ambiental, Corte Seletivo e Monitoramento e Ocupação de Faixa.

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

i) *Contexto Geral*

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido, principalmente, à ruptura das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica.

ii) *Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL*

No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas dos diversos setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação da crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

É possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento poderia expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista à crise econômico e proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

iii) *Medidas adotadas pela Companhia*

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi divulgado entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes:

- Elaboração e divulgação de plano com orientações gerais para a prevenção do contágio;
- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- Medição de temperatura, controle de sintomas, acompanhamento do estado de saúde e vacinação;
- Realização de exames periódicos para diagnósticos do COVID-19;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho, de forma a aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Diálogo com os prestadores de serviço e fornecedores para acompanhar os procedimentos para prevenção do contágio pelo COVID-19;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Restrição ao ingresso de terceiros nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Adoção do trabalho remoto (home office) a partir de 16.03.2020;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e disponibilização em locais estratégicos do escritório;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Medição de temperatura, controle de sintomas, acompanhamento do estado de saúde e vacinação;
- Realização de reuniões internas e externas exclusivamente por via remota (videoconferência);
- Adoção a prática de reuniões por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens restritas exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Restrição ao trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

b) Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 21 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possa ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, incluindo, por exemplo, cenários de quebra de receita. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, nos primeiros meses da pandemia, a partir de março de 2020, a Companhia adotou as seguintes ações:

- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

iv) *Impacto nas Demonstrações Financeiras*

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência considerando o quanto verificado nos últimos meses, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de emissão deste relatório não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS ou reestruturaram suas dívidas judicialmente. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCLD ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

v) Revisão Tarifária

A Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para GTE foi de 19% e o saldo do ativo contratual em junho era de aproximadamente R\$ 1.700.000. Tendo o ativo de contrato na forma de um contas a receber que será amortizada pela RAP futura e sabendo-se que a RAP foi aumentada em 19% desde julho/2022, temos o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R\$ 319.000.

2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela administração em 10 de março de 2023.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato

A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela Taxa de Remuneração. O fluxo de caixa é impactado pelas estimativas da Companhia na determinação da Taxa de Remuneração, que deve remunerar o investimento na construção da infraestrutura. Além disso, no fluxo de caixa considera-se a indenização que se espera receber do Poder Concedente ao final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c) Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas Demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão com base em estimativas no início da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

d) Avaliação de instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

e) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16.

5. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações financeiras.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2. Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de Contrato.

6.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

6.4. Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

6.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.6. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.7. Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

6.8. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide nota 4.b).

6.9. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

6.10. Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto.

6.11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.12. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.13. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrincha, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Guaraciaba .

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas

contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis-- Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

7. Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e Bancos conta movimento	12.835	9.227
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	10.447	48.940
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	3.149	12.376
Aplicação financeira - CDB Banco XP	30.005	-
	<u>56.436</u>	<u>70.543</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 101,83% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencidos acima de 120 dias	867	227
Vencidos de 61 a 120 dias	19	1
Vencidos até 60 dias	29	6
A vencer	13.369	10.784
	<u>14.284</u>	<u>11.018</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Cabe esclarecer, que os débitos contabilizados vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

9. Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de construção	2.009.215	1.722.127
Amortização do ativo de contrato	(449.498)	(361.460)
Total líquido	<u>1.559.716</u>	<u>1.360.667</u>
Circulante	112.039	83.505
Não circulante	1.447.677	1.277.162
Total	<u>1.559.716</u>	<u>1.360.667</u>

10. Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, apresentado em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Conta de Complementação de ICSD registra o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado pela Companhia e o valor equivalente ao ICSD mínimo de 1,2 na data-base.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou ICSD de 1,3, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e na Escritura de sua Segunda Emissão de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2021</u>
Pagamento Debentures	18	18	-
Reserva de Debêntures	9.807	2.687	7.120
Reserva de BNDES	13.661	1.093	12.568
	<u>23.486</u>	<u>3.798</u>	<u>19.688</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	18	1.823
Não circulante	23.468	17.865
	<u>23.486</u>	<u>19.688</u>

11. Almoxarifado

	<u>31/12/2022</u>	<u>Movimento</u>	<u>31/12/2021</u>
Almoxarifado de Manutenção e Operação	16.567	-446	17.013
	<u>16.567</u>	<u>-446</u>	<u>17.013</u>

12. Impostos e contribuições sociais retidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido na fonte	12	23
Contribuição social	12	23
Pis/Cofins/CSLL	15	9
Pis/Pasep	207	163
Cofins	961	760
INSS retido a recolher	13	77
ICMS	3	-
ISS	431	417
	<u>1.654</u>	<u>1.472</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	313.623	26.622	(24.445)	(24.348)	291.452
BNDES Subcrédito B	13.156	1.069	(978)	(1.039)	12.208
BNDES Subcrédito C	1.560	98	(87)	(134)	1.437
	328.339	27.789	(25.510)	(25.521)	305.097
	31/12/2022	31/12/2021			
Circulante	30.051	27.196			
Não circulante	275.046	301.143			
	305.097	328.339			

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito "A"

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito "B"

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Subcrédito "C"

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 151 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de fevereiro de 2034. Em 31 de dezembro de 2021 já haviam sido desembolsados R\$ 1.593 deste subcrédito C.

Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2023	2024	2025	2026 até o fim do contrato	Total
BNDES Subcrédito A	28.710	48.793	48.793	165.156	291.452
BNDES Subcrédito B	1.201	2.017	2.017	6.973	12.208
BNDES Subcrédito C	140	221	221	855	1.437
Total	30.051	51.031	51.031	172.984	305.097

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato; Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Volume da Serie: R\$ 118.000.000,00
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2021	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2022
Debentures	136.601	18.007	(10.274)	(7.472)	-	136.862
Custo de transação	(2.097)	-	-	-	(420)	(2.518)
	134.504	18.007	(10.274)	(7.472)	(420)	134.345

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	12.210	7.333
Não circulante	122.135	127.171
	134.345	134.504

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2023	2024	2025	2026 até o final do contrato	Total
Debêntures	12.712	26.201	24.308	73.641	136.862
	12.712	26.201	24.308	73.642	136.862

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

15. Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	313	259
Civil	1.323	1.657
	1.636	1.916

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.842	1.947
Tributaria	7.348	5.627
Civil	79.155	8.923
	88.345	16.497

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Os valores de servidão referem-se a disputa entre as partes estando as ações parcialmente garantidas mediante depósitos judiciais.

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em uma arbitragem. A perda é classificada como possível, pois os prognósticos de êxito nestes casos são difíceis de prever, tendo em vista o caráter iminentemente técnico da grande maioria dos os pleitos em discussão, que será analisado por um perito escolhido pelas partes. Além disso, a decisão do tribunal de arbitragem deverá levar em conta, além dos pedidos da requerente, os valores de reconvenção apresentados pela Companhia, sendo precipitado neste momento a avaliação dos valores envolvidos em eventual sentença desfavorável à Companhia. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido				
Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2021		62.537	22.512	85.049
Adições 2022		-	-	-
Amortização	(7.536)	(2.631)	(948)	(3.578)
Saldo em 31/12/2022		59.906	21.564	81.470
Passivo Diferido				
Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2021		118.831	42.831	161.662
Adições 2022	105.780	23.102	25.092	48.194
Compensação	(5.772)	(5.929)	(19.141)	(25.070)
Saldo em 31/12/2022		136.004	48.782	184.786
Líquido em 31/12/2022		76.098	27.217	103.315
Líquido em 31/12/2021		56.294	20.319	76.613

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Passivo Corrente				
Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2021		872	330	1.202
Adições 2022	10.996	8.502	3.158	11.660
Pagamentos	(8.884)	(6.340)	(2.395)	(8.735)
Compensação	(3.904)	(2.685)	(948)	(3.633)
Saldo em 30/09/2022		349	145	494

Resultado	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Imposto de renda diferido passivo	(14.504)	(15.013)
Imposto de renda corrente	(8.502)	(4.507)
	(23.006)	(19.520)
Contribuição social diferido passivo	(5.221)	(5.405)
Contribuição social corrente	(3.158)	(1.666)
	(8.379)	(7.071)
Líquido	(31.385)	(26.591)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,00 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	374.254
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578
Total	733.832

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

Em dezembro de 2020, seguindo o disposto no parágrafo 3º do artigo 40 do estatuto social da Companhia, a Administração considerou prescritos os dividendos não reclamados nos três anos anteriores, incorporando-os à reserva de lucros retidos. Em 30 de abril de 2021 os acionistas, reunidos em Assembléia Geral, rejeitaram a prescrição de dividendos proposta pela Administração e determinaram a reversão dos valores correspondentes a rubrica de dividendos a pagar. A Companhia reverteu o lançamento desses dividendos na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R\$12.144, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,016549 para cada ação do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$ 46.464, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,063317 para cada ação do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de Construção (a)	38.349	8.927
Remuneração dos ativos de contrato	108.115	100.255
Receita de Operação e Manutenção	33.194	35.110
Receita operacional bruta	<u>179.658</u>	<u>144.292</u>
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.099)	(1.019)
Reserva global de reversão - RGR	(3.183)	(2.945)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(443)	(390)
Pis	(2.160)	(1.944)
Cofins	(9.948)	(8.954)
Total receita operacional líquida	<u>162.825</u>	<u>129.040</u>

(a) Início da implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo (MG) conforme Resolução Autorizativa ANEEL(REA) 9693/2021.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Custo de construção

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Edificações e obras civis	(10.884)	(649)
Máquinas e equipamentos	(13.480)	(999)
Serviços de terceiros	(1.219)	(533)
Adiantamentos a fornecedores	(1.445)	(2.771)
Deposito Judicial	-	(216)
Total	<u>(27.028)</u>	<u>(5.168)</u>

20. Custo de operação e manutenção

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(4.278)	(4.056)
Materiais	(900)	(680)
Serviços de terceiros	(4.505)	(3.919)
Arrendamentos e aluguéis	(1.008)	(587)
Seguros	(636)	(1.570)
Doações, contribuições e subvenções	-	(12)
Tributos	(148)	(378)
Recuperação de despesas	186	-
Total	<u>(11.289)</u>	<u>(11.202)</u>

21. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(3.108)	(2.753)
Materiais	(11)	(3)
Serviços de terceiros	(1.923)	(1.315)
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(235)
Seguros	(9)	(15)
Doações, contribuições e subvenções	(274)	(100)
Contingencia	2.906	2.364
Tributos	-	(7)
Depreciação	(335)	(18)
Amortização	(183)	-
Outras Receitas	146.516	888
Outras Despesas	-	10.380
Total	<u>143.512</u>	<u>9.186</u>

- (a) Aumento relevante neste grupo se dá pelo reconhecimento a valor presente em R\$ 146.516 referente a atualização da RAP para o ciclo 2022/2023 conforme moldes e premissas do projeto. (Aneel - Resolução homologatoria N° 3.050, de 21 de junho de 2022), (CVM - OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n° 04/2020)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

22. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	8.626	3.064
Variações monetárias ativas	172	98
Juros sobre recebimentos	22	10
Outras receitas financeiras	106	10
Pis sobre receitas financeiras	(57)	(21)
Cofins sobre receitas financeiras	(353)	(127)
	<u>8.516</u>	<u>3.034</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(66)	(30)
Juros e multas	(45)	(127)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(45.874)	(46.322)
Despesas com debêntures	499	(234)
Outras despesas financeiras	(626)	(452)
	<u>(46.114)</u>	<u>(47.165)</u>
Total	<u>(37.598)</u>	<u>(44.131)</u>

23. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	56.436	70.543
Conta a receber	14.284	11.018
Caixa restrito	23.486	19.688
	<u>94.206</u>	<u>101.249</u>

- Caixa e equivalentes de caixa: Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Contas a receber: A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- *Risco de taxa de juros*: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras - CDB-DI	43.601	61.316

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

- *Risco de inflação* - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- *Risco técnico* - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- *Riscos regulatórios* - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- *Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura* - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

23.1. Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/05/2022	11/05/2023	R\$20.000	1001000001990
Riscos Operacionais	16/05/2022	16/05/2023	R\$150.000	1001800001776
Responsabilidade Civil	12/04/2022	12/04/2023	R\$10.000	1651003892512

25. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2022 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 863 (R\$ 758 em 31 de dezembro de 2021).

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

b) Remuneração de Administradores

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza contábil</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Fornecedores	Aluguel		369
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	77	-
		Total	<u>77</u>	<u>369</u>
Dividendos a pagar				
Copel Geração e Transmissão S.A	Dividendos	Dividendos	50.895	27.198
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	51.076	28.309
			<u>101.971</u>	<u>55.507</u>
<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza contábil</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	168	409
Itumbiara Transmissora de Energia S.A	Custo Operacional	Custo O&M	879	797
			<u>1047</u>	<u>1206</u>